

Agora mesmo eu estou falando. Outros homens estão falando por cima, ninguém está debatendo, ninguém está se ouvindo. O que funciona? Qual é o pressuposto do que a gente deixa funcionar ou não? A política não funciona para as pessoas porque elas não estão adaptadas, fora desse espaço, a construir política, a participar dela, a ser consultadas por ela. Temos que trabalhar para construir espaços em que as pessoas se sintam à vontade, porque tem muito conhecimento fora desta Casa e é nesse sentido que sinto falta de olhar para venenos como, de fato, eles são.

É um tema da Saúde. É um tema de alimentação. É um tema de segurança alimentar. E por isso a minha preocupação justamente com o item do comitê. Para além da participação popular, precisamos prever a maior participação do debate de Saúde quando a gente vai discutir veneno. Temos que discutir qual é a capacidade do corpo humano de absorver veneno e, para além disso, precisamos garantir marcos regulatórios que garantam a diminuição do consumo de veneno.

Sempre falo isso nesse lugar, mas no estado mais desenvolvido - sei que tem senhores aqui de diversas regiões do estado -, quem estava nesta Casa em 2015 se lembra da crise hídrica que atingiu o estado. Mas, ainda hoje, a gente tem mais de uma centena de municípios com dificuldades de colocar água na torneira.

E veneno chega à mesa de todo mundo. E o veneno está chegando ao copo de todo mundo. Semana passada, matérias anunciavam que 22 cidades de Santa Catarina já têm incidência de veneno nos aquíferos. Quais estudos a gente tem para demonstrar que, senhores, vocês e suas famílias, minha família e eu mesma, não estamos ingerindo veneno agora, na água? Na alimentação a gente sabe que consome.

Então, a política de agrotóxicos eu já considero muito vitoriosa, ela já funciona bem, porque o Brasil é o país que mais libera agrotóxico no mundo. O estado de São Paulo é o estado que mais consome agrotóxico no País. Então quando é que a gente vai começar a debater marcos regulatórios que nos tragam saúde, que nos tragam a diminuição do consumo desse veneno, que nos tragam segurança alimentar e de saúde no geral para as nossas vidas?

Nesse sentido - eu sempre gosto de apontar alternativas -, a gente protocolou, semana passada, dois PLs referentes às isenções fiscais. Eu falo de isenção fiscal sempre, porque a gente está discutindo orçamento no marco geral desta Casa quando o governo impõe para a gente uma agenda de desestatização. A gente quer colocar parâmetros na concessão de incentivos fiscais e a gente quer que esta Casa tenha uma comissão de fiscalização delas. Já passou da hora de a gente ter transparência de quem é que está ganhando desconto e por que, quais são os critérios.

A gente traz aqui também o debate sobre o que é que tramita, como é que tramita e se esta Casa, eleita pelo povo, funciona, se a gente tem a capacidade de dialogar e avançar, porque existem dois projetos de lei nesta Casa tramitando já há mais de quatro anos que dizem respeito à proibição da pulverização de agrotóxicos no estado de São Paulo. Esses, projetos de interesse da população. Esses sim dizem respeito às nossas vidas e à nossa sobrevivência e não tramitam. Então, por isso, a gente está reprotocolando esse projeto de lei.

Já passou da hora de o estado de São Paulo não permitir mais essa prática. A gente já avançou muito em tecnologia, em ciência, em conhecimento do manuseio da terra e de capital também. Capital também, porque esse é o Estado que mais lucra com a atividade agropecuária no Brasil também, que é um dos grandes produtores e exportadores.

Sr. Presidente, só pedir um minuto para o senhor, porque a Casa está muito barulhenta. Eu acho bastante complicado a gente conseguir debater nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Vossa Excelência tem toda a razão. Eu gostaria de preservar o tempo da deputada Monica e pedir para os deputados que ficam no plenário que possam prestar atenção na discussão. Aqueles que queiram conversar, que vão ou ao café dos deputados ou ao café no andar de cima. Eu acho que aqui, no plenário, não é lugar de conversas paralelas. Gostaria, pela última vez, porque eu me sinto até em uma situação desagradável, como presidente da Casa, ao ficar chamando a atenção de deputado. Eu acho que não é o meu papel fazer esse tipo de trabalho. Cada um aqui faz o que pensa. Com toda razão a deputada Mônica faz essa consideração.

A SRA. MONICA DA BANCADA ATIVISTA - PSOL - Não no sentido de fiscalizar o trabalho de ninguém. Eu acho que todo debate é necessário, mas eu gostaria de debater com os senhores também. Ai a gente vem a esta tribuna e diz que a participação popular não é relevante e também vira as costas para debates políticos relevantes no momento de se fazer. E a gente está discutindo aqui um tema que, para mim, é muito caro e, para mim, é muito sério.

Então, por isso, só para concluir, eu gostaria de chamar a atenção sobre o que representa os venenos no sentido do que eu estava falando na minha fala. A gente já produz bastante, a gente já comercializa bastante, a gente já lucra bastante, a gente já evoluiu em ciência, tecnologia e conhecimento da agricultura para a gente ter outras formas de produção agrícola que não nos envenene e que não nos mate constantemente.

Então, por isso, no marco regulatório das embalagens - eu acho que é importante a gente estar à disposição do diálogo, acho que tem que ter mesmo uma regulamentação nesse sentido - a gente precisa observar a situação complexa e sistêmica da venda de agrotóxicos no estado de São Paulo e partir para outras legislações e fiscalizações.

É isso. Muito obrigada.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - COM ASSENTIMENTO DO ORADOR - Eu queria só dialogar. A senhora trouxe um assunto importante e eu queria aproveitar para ouvir qual é a opinião da senhora, em especial nesse tema.

O governador traz para o debate um projeto que vai discutir multa, que vai discutir uma mudança na legislação, talvez com mais fiscalização, com menos, mas não coloca no debate essa questão da quantidade de agrotóxicos que é utilizada nas lavouras do Estado. No caso do governo federal, a gente percebeu o aumento do uso de agrotóxico. Hoje a gente corre sérios riscos por conta desse tipo de uso quase que liberado.

Talvez a gente pudesse ter aqui uma emenda para dialogar sobre isso. Eu não sei qual é a opinião da senhora para não perder a oportunidade desse debate, porque ai, sim, me parece que a sociedade vai olhar para a gente e entender que nós estamos preocupados com uma situação grave de saúde pública, porque tem lugares neste Estado, que muitos deputados aqui conhecem, em que as pessoas estão doentes. E elas estão doentes por conta da pulverização com agrotóxico. Eu tive a oportunidade de conhecer gente que perdeu uma quantidade enorme de abelhas por conta da pulverização da cana, como outros casos que os deputados aqui conhecem. Então, eu queria aproveitar e ouvir, antes de a senhora sair da tribuna, qual é a opinião da senhora com relação a esse tema. E se não caberia, quem sabe, uma emenda para fazer esse debate. Muito obrigado.

A SRA. MONICA DA BANCADA ATIVISTA - PSOL - Sim, faltam muitas emendas e muitos temas. Mas, para além disso, falta fiscalização e poder de fiscalização. Eu me esqueci de falar - e coloquei aqui, Paulo - de um elemento importante: que a Secretaria de Agricultura tem apenas um fiscal para fazer o cadastramento de agrotóxicos e acompanhar esse processo pelo Estado. Então, a gente não tem sequer a segurança de acompanhamento de qualquer política que a gente vai travar aqui. É importante a gente debater, é importante a gente melhorar, é importante, sim, o comitê, é importante, sim, a gente virar a chave da participação, da transparência e da inserção da saúde nesse debate, que é um debate importante.

Mas é importante, também, a gente olhar para esse bojo maior, como eu estava falando, que é um projeto do governo

Doria de ataque às políticas ambientais, de destruição das políticas ambientais, de menosprezo pelas políticas ambientais. E, mais uma vez, eu faço aqui um apelo: pode parecer contra negócio, pode parecer contra o agronegócio etc. Mas, de uma forma geral, é contra toda a nossa vida. É contra cada um de nós. Ninguém aqui está imune, nesse momento, naquele restaurante, de se envenenar, de contrair câncer, de beber água contaminada, de pegar qualquer doença. E são muitas as pesquisas que apontam o seguimento da doença e das mais variadas doenças - mal de Parkinson - derivadas dos agrotóxicos.

Então, é um tema que a gente merece debater com muito carinho, e juntar outros setores aqui. Também, Paulo, eu acho que vale uma grande audiência pública, sim. Acho que vale, sim, as pessoas poderem participar e opinar sobre temas tão caros. E olha, o estado de São Paulo, o estado mais desenvolvido do País... Tem muitos países aqui dentro: a gente tem aldeias indígenas, a gente tem quilombolas, a gente tem fazendas de permacultura, a gente tem cidades inteiras que são canaviais. Na minha região, é muito comum você ter cidades de 10, 15 mil habitantes, que são só canaviais. Você corta estradas no meio de canaviais. E essas pessoas estão se envenenando pelo ar, se envenenando todos os dias.

Então, é um tema bastante complexo, de difícil debate, e que precisa ser debatido como é, porque o estado de São Paulo não será nada se a gente continuar avançando no sentido da poluição. Água, por exemplo - a Sabesp é a maior poluidora da América Latina. Qual é a solução para a Sabesp vender? Não. A gente precisa criar outra política de saneamento básico, que obrigue as concessionárias a tratar esgoto. Faltam profissionais de fiscalização na Secretaria de Agricultura. Qual é a solução, desestatizar? Não. A gente precisa produzir políticas que caminhem no sentido da diminuição do uso de agrotóxicos e que nos permitam ter agentes de fiscalização.

Desmontar a política pública, como foi o desmonte do CAT, que era o principal responsável por dar assistência técnica aos menores, aos pequenos produtores etc., demonstra o desprezo. Mas esse desprezo não é por outrem, não é pelos ambientalistas, não é pelos hippies etc. É pelas nossas vidas, é pelo nosso futuro, é pela condição de a gente subexistir. O estado de São Paulo está sob ataque; ataque no sentido de que, se faltar água, não restará negócio.

O SR. APRÍGIO - PODE - Me concede um aparte, por favor? A SRA. MONICA DA BANCADA ATIVISTA - PSOL - Claro. O SR. APRÍGIO - PODE – COM ASSENTIMENTO DO ORADOR - Deputada, boa noite à Mesa. Uma coisa: estou pensando muito também nesse projeto. E eu vejo que, de um lado, traz o mal para as pessoas, traz mal para o meio ambiente. Faz mal para tudo, até para a fauna, tudo do meio ambiente, basicamente. Mas depois eu fico pensando: realmente, tem um lado muito ruim, que é toda essa coisa de trazer doença para o público.

Mas às vezes fico pensando: mas sem essa... Nós vamos ver o outro lado do projeto agora. Sem esse adubo, sem o veneno, sem esses materiais, nós vamos ter problemas, também, com a falta de alimentos. Por quê? Tudo, hoje, na agricultura, tem que ter o veneno ou tem que ter o adubo, porque, se não tiver, não vai dar a mercadoria. Se não dá, o que vai acontecer? Nós vamos ficar com déficit, falta de alimentos. Os alimentos vão aumentar, e não vai aumentar pouco, porque não vai ter na praça, vai sumir, não é?

Pensando bem, acho que é um mal necessário, vai ter que ter, porque sempre teve. Agora, está certo o governo ou vocês. Nós temos que defender o público, quando a gente quer melhorar o projeto para que eles cuidem bem do meio ambiente, para que eles cuidem bem do descarte do adubo, para que eles cuidem bem em quantidade, quanto vão usar, não é? Mas que precisa, não tem como não fazer isso. Precisa, tem que usar.

Nós só precisamos ver como eles vão usar, não vou dizer ensiná-los a usar. Quem precisava ensinar, quem deveria estar aqui com a gente, seriam os agricultores, que produzem e sabem que há determinado tipo de planta e de terra, em que, se você puser adubo, nem dá quatro ou cinco anos, e depois não dá mais nada. O adubo, pelo contrário, às vezes, estraga a terra.

Você veja, a cana-de-açúcar, por exemplo, você coloca lá o adubo, e duas ou três safras, ela vai e vai embora, mas depois de duas ou três safras, você tem que tratar muito a terra para ela dar outro tipo de alimento. Então, é uma coisa para a gente pensar muito bem. Que faz mal, a gente sabe. Não estou dizendo que é um projeto ótimo, não estou dizendo que não faz mal. O que eu estou dizendo é que a gente tem que pensar bem, porque nós precisamos desse adubo e desse veneno para os agricultores poderem produzir.

Obrigado.

A SRA. MONICA DA BANCADA ATIVISTA - PSOL - Eu concordo, deputado, que seria um colapso se a gente proibisse o uso de veneno, neste momento, para a Agricultura. O que a gente precisa fazer é virar uma chave de aceitar que isso, para sempre, tenha que ser assim.

Acho que a gente chegou a índices lamentáveis e inaceitáveis. Então, agora, a gente tem que virar a chave para uma redução, e é disso que a gente está falando. A gente não pode dar como certo e dado que temos que manter esse alto consumo de agrotóxicos, que a gente tem que regularizar a destinação e que a gente não precisa fiscalizar.

A gente também não tem como dar a monocultura como única técnica. Sim, a cana-de-açúcar destrói o solo como monocultura, mas existem outras experiências e outras formas de agricultura que preservam a mãe-terra, que a tornam ainda mais produtiva e que dispensa o uso de veneno. São essas outras tecnologias e ciências que a gente tem que levar em consideração neste debate que fazemos hoje.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Para falar contra, o nobre deputado Emídio de Souza, pelo tempo remanescente da sessão. Logo em seguida, teremos outra sessão extraordinária.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - PARA COMUNICAÇÃO - O que me preocupa é a confirmação dita que, em nome de um mal maior, desculpe, deputado, eu me colocar... Então, a gente come o veneno e, enfim, usa o adubo. O adubo a gente sempre usou.

A questão é que, para ter uma rapidez numa determinada cultura de produtos, está se usando muito agrotóxico, entendeu? Essa é a questão que é preocupante para a sociedade, porque qual a tendência no mundo que nós estamos desenvolvendo? Não é negar o avanço tecnológico. Eu sou favorável. O que é mais difícil nessa discussão, é eu não senti no texto, é o marco regulatório, deputada Barros Munhoz.

Nós poderíamos ter um marco regulatório que tenha como embasamento a audiência pública, conforme foi dito aqui, e a gente regular. Agora, o que não pode é ficar aberto como está o texto. O deputado Emídio vai fazer uso da palavra e vai constatar que é isso. O texto está aberto para usar o que quer e ainda abre para pouca fiscalização.

É isso. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Com a palavra o deputado Emídio, pelo tempo remanescente da sessão.

O SR. EMÍDIO LULA DE SOUZA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, deputado Cauê Macris; Srs. Deputados e Sras. Deputadas dos mais diversos partidos aqui representados; boa noite.

Primeiro. Eu creio que esse debate, em torno do Projeto de lei nº 147, é um debate apropriado para um tema que deveria preocupar mais do que tem preocupado as pessoas. Evidente que a destinação das embalagens que comportam agrotóxico é um debate que tem que ser feito com um pouco mais de fôlego.

Por exemplo, se tem um lugar, nesse País, que tem especialistas em tudo quanto é coisa, gente formada na USP, na Unesp, na Unicamp, nas universidades particulares, com especialização em tudo quanto é canto, é o estado de São Paulo. É um Estado que pode contribuir em qualquer tema que se for discutir. Temos condição de discutir em profundidade.

Eu gostei muito da colocação da deputada Monica, que me antecedeu aqui. Porque ela aprofundou essa questão. Ela mostra que temos por onde ir. A Assembleia, para decidir um tema como esse, deveria se cercar de todo o conhecimento acumulado que temos sobre isso.

Por isso, devemos fazer audiência pública em torno dessa questão. Não é para retardar. Audiência pública não é para retardar a tramitação de projeto. É para que o projeto saia melhor e a futura lei saia melhor do que aquilo que está proposto. Nesse caso, a pressa não nos ajuda em nada.

O que ajuda é o aperfeiçoamento. Essa é uma preocupação que todos nós temos que ter. Eu me lembro, da última vez que fui deputado aqui, entre os anos de 2001 e 2004. Um dos temas que debatemos aqui, na época - alguns mais antigos deverão lembrar - foi o tema da mecanização da agricultura de São Paulo. Para evitar aquelas antigas queimadas, que poluíam as cidades e tornavam insuportável o ar nas cidades. E trazia prejuízos evidentes.

Foi feito um amplo debate em torno do que fazer com aquilo. De quanto tempo levaria para se implantar a mecanização. Teria que dar tempo para a produção de máquinas, para superar problemas que a tecnologia precisava de tempo para superar. Hoje foi um debate que enriqueceu demais a Assembleia e ofereceu, para São Paulo, uma legislação mais moderna, melhor.

Eu penso que o que falta, nesse debate sobre a destinação de embalagens de agrotóxico, é você ouvir todo mundo, ouvir especialistas, não temos problema. Deputado não é obrigado a ser especialista em todos os assuntos. Alguns temas, que dizem respeito à vida e à saúde de milhões de pessoas, são temas que precisam a opinião de mais gente, de cientistas, de gente que a gente pode ouvir.

Eu diria o seguinte. Precisamos ter presente que esse tema, do agrotóxico, um tema não só da embalagem, mas do agrotóxico como um todo, da qualidade de vida, da qualidade do alimento que se consome, é um tema muito caro. Agora há proposta, na legislação federal, de aumentar o percentual de agrotóxico permitido. E o Congresso Nacional debate isso o tempo todo. Precisamos estar atentos a esse tema.

O deputado Aprígio colocou uma coisa que precisa ser levada da seguinte forma. Evidentemente, numa sociedade de consumo, como a que nós vivemos...

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado Emídio, vou pedir desculpa a V. Exa. mas encerramos o tempo da presente sessão. Preservados os seus 10 minutos e 34 segundos, em 10 segundos, V. Exa. retoma a fala.

Esgotado o objeto da presente sessão, está levantada a sessão. Lembrando a todos que, em 10 minutos, vamos para a segunda sessão extraordinária.

* * *

- Encerra-se a sessão às 21 horas e 40 minutos.

* * *

2 DE ABRIL DE 2019

4ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: CAUÊ MACRIS

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Abre a sessão.

2 - PAULO LULA FIORILO

Solicita verificação de presença.

3 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Indefere o pedido, ante a evidência de quórum.

4 - EMÍDIO LULA DE SOUZA

Discute o PL 147/18.

5 - JOSÉ AMÉRICO LULA

Discute o PL 147/18.

6 - MÁRCIA LULA LIA

Requer verificação de presença.

7 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Indefere o pedido, ante a evidência de quórum. Presta esclarecimentos a respeito das verificações de presença.

8 - JOSÉ AMÉRICO LULA

Solicita verificação de presença.

9 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Indefere o pedido, ante a evidência de quórum.

10 - TEONILIO BARBA LULA

Discute o PL 147/18.

11 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Encerra a discussão do PL 147/18.

12 - BARROS MUNHOZ

Para comunicação, destaca a contribuição de todos os parlamentares para o aprimoramento do PL 147/18. Afirma que sempre será favorável ao diálogo.

13 - GIL DINIZ

Para comunicação, justifica o posicionamento do PSL na presente sessão. Defende a utilização de defensivos agrícolas.

14 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Faz consulta às lideranças para que seja dado conhecimento da íntegra e votada a emenda aglutinativa ao PL 147/18, sendo dispensada a sua leitura.

15 - TEONILIO BARBA LULA

Solicita a publicação da emenda aglutinativa ao PL 147/18.

16 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Defere o pedido. Determina a publicação, no "Diário Oficial", da emenda aglutinativa ao PL 147/18, ficando adiada a votação. Encerra a sessão.

* * *

- Abre a sessão o Sr. Cauê Macris.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior.

* * *

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pela ordem, nobre deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT – Sr. Presidente, eu queria pedir, antes que iniciássemos a sessão, uma verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Constato quórum regimental neste momento, então não cabe verificação de presença.

Então, devolvo a palavra, discussão e votação do Projeto de lei 147, de 2018. A palavra ao nobre deputado Emídio pelo tempo remanescente da sessão anterior.

O SR. EMÍDIO LULA DE SOUZA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados... Presidente, o senhor chamou a minha atenção, chamou a atenção de todo mundo para que ouvíssemos os deputados... Preciso falar com Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Desculpe, deputado Emídio. Eu estava orientando um colega de bancada de Vossa Excelência. De maneira errônea. Vou prestar atenção à fala de Vossa Excelência.

O SR. EMÍDIO LULA DE SOUZA - PT - Se todos os deputados, é importante que ouçam, imagine V. Exa., que é o chefe do Legislativo paulista. E o deputado Carlão Pignatari, que é o líder do Governo.

Presidente, ao encerrar o tempo regulamentar da última sessão extraordinária, eu debatia exatamente sobre o projeto que está em tramitação no Congresso Nacional, também tratando do aumento do percentual de agrotóxicos nos alimentos. Então, esse tema também é um tema importante.

Eu falava sobre o deputado Aprígio, as colocações dele. Acho que nenhum de nós pode virar as costas à necessidade de acrescentar, de se apropriar das novas tecnologias que permitem aumento da produção de alimentos. Há uma sociedade de consumo no país que precisa de alimentos, há uma demanda crescente por alimentos. Mas a demanda crescente não quer dizer que tenha que ter alimentos com conteúdo, vamos dizer, tóxico, para as pessoas consumirem, nem no leite, nem nas hortaliças, nem nos grãos, em nada.

Precisamos de alimentos, mas precisamos de saúde também. Não pode ser uma coisa em contraposição à outra. Por isso, acho que esse tema é tão importante e merece tanto debate. São Paulo, que é de vanguarda nessa questão da produção de alimentos e, principalmente, de novas tecnologias, tem toda a razão de aprofundar esse debate de como produzir alimentos, alimentos com qualidade.

Eu lamento, presidente... Abordando outra questão que não deixa de ter relação com isso, que são os projetos de privatização que o governador João Doria enviou à Casa Legislativa. Aliás, eu não sei se o João Doria... Se tem alguém, deputado Barba, meu líder, que é fiel ao que sempre foi, é o João Doria. Ele sempre foi um vendedor, um lobista. Então, ele está trabalhando agora e transformando o estado em uma... É como se fizesse lobby o tempo todo e vendesse tudo o que tivesse na prateleira para ser vendido.

O que se espera de um governador... São Paulo não elegeu um mercador, não elegeu um vendedor, não elegeu alguém para liquidar o patrimônio. Ele não é liquidante de nenhuma massa falida, mesmo porque São Paulo não é uma massa falida. Se ele é crítico às empresas, à situação das empresas, e acha que elas não estão cumprindo a função pública como deveriam, ele tem que criar condições para que essas empresas prestem serviços adequadamente, e não simplesmente falar: "Vou vender!".

Chegou a um ponto agora em que ele fala: "Bom, vamos vender a Dersa". Depois fala: "Vamos vender a Emplasa, a Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano". Depois: "Vamos vender a Codasp", que tem uma contribuição imensa à questão do desenvolvimento agrícola, exatamente o tema que estamos debatendo. Depois, ele fala: "Vamos vender a Imprensa Oficial do Estado. Vamos vender a Companhia de Processamento de Dados, a Prodesp".

E olha a gravidade da Prodesp! A deputada Janaina lembrou aqui que a Prodesp, além de ser detentora dos dados oficiais do estado, de muitos municípios e de órgãos paraestatais, é titular também da gestão do Poupatempo. Deputada Janaina, para além de ela ser titular, quando se fala que é titular dos dados do Poupatempo, significa que é detentora de dados de milhões de paulistas que deixam os seus dados depositados no Poupatempo. Quer dizer, isso tudo passa a ser propriedade privada, o que é, ao meu ver, uma situação completamente inconveniente. Não há dia, ou não há semana, que ele não anuncie... Aliás, a única coisa que ele anunciou até agora, deputada Erica, é a venda de ativos do estado.

Essas cinco empresas são as empresas que ele já transformou em projeto de lei para mandar para esta Casa, o Projeto 01, mas muitos outros já estão anunciados também. Estão anunciadas a Marginal Tietê, as Marginais Pinheiros, e ontem ele falou da CDHU. Quer dizer, a única solução que ele apresenta para São Paulo é vender patrimônio público. Não tem uma proposta de governo de criar política pública, nem para a agricultura, nem para planejamento urbano, nem para transporte, nem para o meio ambiente, nem para nada.

Agora até o até o Zoológico ele fala em privatizar. "Vamos entregar, porque o privado gere melhor". Você sabe que isso é uma falácia, porque nós temos problemas em tudo quanto é lugar, nas instituições privadas e nas instituições públicas. Tem instituições públicas de excelência, não é? Se não fosse verdade, as pessoas não batalhavam tanto para entrar na USP, na Unesp e na Unicamp. Se não fosse verdade, as pessoas não batalhariam tanto para ter metrô.

Se não fosse verdade que as coisas públicas têm qualidade, ninguém se internava no Hospital das Clínicas ou no Incor, as pessoas não procuravam o Instituto do Câncer ou o Emílio Ribas. Por que procuram? Porque o que é público também pode ter qualidade, mas o João Doria prefere sempre buscar o caminho de vender o que é público. Eu acho que nós chegamos a um ponto em que o Pico do Jaraguá tem que se cuidar, acho que até o Oceano Atlântico de São Paulo tem que se cuidar, porque se ele puder botar à venda, ele bota à venda.

Eu achei que São Paulo tinha elegido um governador, não um vendedor de patrimônio público, um liquidante de patrimônio público. Eu queria ver, deputado Barba, uma iniciativa dele positiva para São Paulo que não fosse vender patrimônio, porque até agora, em 100 dias de governo, eu não ouvi o João Doria falar de outra coisa que não fosse vender patrimônio público. E é vender, no caso nem são concessões, como já foi feito nas estradas. No caso, é venda mesmo de patrimônio público.

Eu falava outro dia em uma audiência pública aqui exatamente isso, quer dizer, quem os senhores e as senhoras acham que vai se interessar pela compra da Dersa, por exemplo? Sabe quem vai se interessar? As mesmas que se interessaram pelo programa de concessão de estradas: as construtoras, as grandes empreiteiras. Quem virou dono da Bandeirantes, da Anhanguera, da Castelo Branco, da Imigrantes, da Anchieta e de tantas outras rodovias do interior de São Paulo? Virou os conglomerados organizados com outro nome em torno da Camargo Corrêa, em torno da Odebrecht, da OAS, de tudo.

Quer dizer, agora o órgão planejador do desenvolvimento rodoviário de São Paulo, que é a Dersa, ele pretende jogar também nas mãos dessa empresa. Eu quero saber se ela vai planejar o que é melhor para o estado ou que é melhor para o caixa dela, o que é melhor para o caixa dela.

A mesma coisa eu digo sobre a empresa de planejamento de São Paulo, a Emplasa. Ora, para quem lida com as questões metropolitanas, não só da Grande São Paulo, mas também da Região Metropolitana de Campinas, da Região Metropolitana da Baixada Santista, de Sorocaba, de Piracicaba, toda essa macrometrópole, eu fico pensando o que tem a ganhar liquidando uma empresa de planejamento, que é uma empresa não destinada a dar lucro, não destinada a nada, ela é destinada a ajudar a pensar soluções para o futuro.

Eu fui prefeito, como muitos aqui foram, mas eu fui prefeito de Osasco, que é uma cidade da região metropolitana de São Paulo. Deputado José Américo, o sonho de todo gestor público na Grande São Paulo é ver políticas integradas capazes de juntar os interesses da capital com o das áreas metropolitanas no sistema de transporte, no sistema de captação de águas e de tratamento de água e esgoto, no sistema de Segurança Pública. Eu fico vendo e fico me perguntando qual é o interesse que tem em liquidar uma empresa dessas.

Eu só consigo ver um, implantar desordeno no planejamento urbano e metropolitano e deixar os grupos econômicos se interessarem por isso, dominarem essa área também. O interesse privado é conflitante com o interesse público, porque nem sempre ele pode ser complementar.

Agora, o estado tem que preservar sua capacidade de planejamento e de regulação. Não pode, por questão de princípio, não é questão de o que é privado é ruim e o que é público é bom. Nem sempre o que é privado é ruim e nem sempre o que é público é bom, mas também nem sempre o que é público é ruim e nem sempre o que é privado é bom.